



# ***PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES***

***ESTADO DO PARANÁ***

## **DECRETO Nº 2851/2014**

**SÚMULA:** Institui o Sistema Eletrônico SIMPLISS de gestão, para o cumprimento das obrigações fiscais do imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN e nota fiscal eletrônica – NFS-e.

***CELSO BENEDITO DA SILVA***, Prefeito do Município de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

## **DECRETA**

**Art. 1º** - Fica instituído no Município de Bandeirantes o Sistema Eletrônico Simpliss de Gestão do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

### ***CAPÍTULO I*** ***DO SISTEMA ELETRÔNICO DE GESTÃO DO ISSQN*** ***Seção I - Da Guias de Recolhimento***

**Art.2º** - Todos os prestadores e tomadores de serviços ficam obrigados a adotar o Sistema Eletrônico Simpliss de Gestão do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), disponibilizado pela Prefeitura Municipal, para processamento dos livros de registro de prestação e aquisição de serviços, em substituição aos instituído pelo artigo 19 do Decreto 2451/2005 e emissão das guias de recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN.

**Parágrafo único** - A Guia de Recolhimento do ISS será emitida através do Sistema Eletrônico SIMPLISS de Gestão do ISSQN.

### ***Seção II - Do Sujeito Passivo***

**Art. 3º** - O Sujeito Passivo descrito no artigo 2º deverá possuir inscrição municipal, mesmo que isento ou imune.

### ***Seção III - Da Apuração do Imposto e da escrituração e do Recolhimento***

**Art. 4º** - A apuração do imposto será feita, salvo disposição em contrário, ao final de cada mês, sob a responsabilidade do contribuinte ou responsável pelo imposto, mediante lançamentos contábeis de suas operações tributáveis, os quais estarão sujeitos a posterior homologação pela autoridade fiscal.



# ***PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES***

## ***ESTADO DO PARANÁ***

§ 1º - O sujeito passivo deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via Internet, mensalmente, as Notas Fiscais ou Faturas emitidas, com seus respectivos valores, emitindo ao final do processamento o documento de arrecadação e efetuar o pagamento do imposto devido na rede bancária até o dia 20 do mês subsequente, conforme disposto no artigo 31 do Decreto 2451/2005.

§ 2º - As ME ou EPP optante pelo Simples Nacional, relativamente aos serviços prestados e não retidos na fonte, recolherão o ISS na forma da Lei Complementar 123/2006 e sua regulamentação;

§ 3º - As instituições financeiras terão sistema próprio de declaração e recolhimento, declarando a receita bruta e detalhando-a por conta analítica, com base no plano de contas do Banco Central, correlacionando as subcontas e subitem da lista de serviços anexa à da Lei Complementar nº 2.467/2003.

§ 4º - O recolhimento do imposto retido na fonte, previsto na legislação vigente, far-se-á em nome do responsável pela retenção, observando-se o prazo de recolhimento do parágrafo 1º.

### ***Seção IV - Da obrigatoriedade de Retenção e da declaração da ausência de movimentação econômica***

**Art. 5º** - Conforme estabelecido nos artigos 25 e 26 da Lei 2467/2003, é obrigatório a todos os tomadores de serviços a retenção na fonte do ISSQN devido, devendo escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via Internet, mensalmente, as Notas Fiscais ou Faturas e os Recibos comprobatórios dos serviços tomados, tributados ou não tributados, emitindo, ao final do processamento, o documento de arrecadação e efetuar o pagamento do imposto devido na rede bancária até o dia 20 do mês subsequente, conforme disposto no artigo 31 do Decreto 2451/2005.

**Art. 6º** - Não ocorrerá responsabilidade da retenção e recolhimento do imposto por parte do tomador descrito no artigo anterior quando o prestador enquadrar-se nas seguintes hipóteses:

- I** - ser profissional autônomo ou sociedade uniprofissional inscrito em outro município, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, do artigo 3º e no artigo 6º da Lei Complementar nº. 116 de 31 de julho de 2003, quando o imposto será devido neste município;
- II** - estar enquadrado no regime de tributação do ISS FIXO neste município e apresentar prova do enquadramento neste regime;
- III** - gozar de isenção concedida por este Município e apresentar certidão comprovando esta condição;
- IV** - ter imunidade tributária reconhecida pelo Município e apresentar certidão comprovando esta condição;
- V** - estar enquadrado em regime especial de lançamento autorizado pela Fazenda Municipal.

**Parágrafo único** - A não retenção do tributo não dispensa o registro e declaração dos serviços tomados.



# ***PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES***

## ***ESTADO DO PARANÁ***

**Art. 7º** - Os contribuintes que não prestarem serviços sujeitos ao ISSQN e os tomadores obrigados à retenção que não adquirirem serviços, deverão informar obrigatoriamente, através do Sistema Eletrônico, a ausência de movimentação econômica, através de declaração "SEM MOVIMENTO".

### ***Seção V - Dos Livros Fiscais***

**Art. 8º** - O Prestador e Tomador de Serviços, tributados ou não tributados, ficam obrigados a manter em cada um dos seus estabelecimentos, os seguintes livros fiscais, escriturados através do Sistema Eletrônico, em substituição aos previstos no artigo 19 do Decreto 2451/2005:

**I** - Livro de Registro de Prestação de Serviços;

**II** - Livro de Registro de Serviços Tomados.

**§ 1º** - O Livro de Registro de Prestação de Serviços somente será adotado pelos prestadores de serviços.

**§ 2º** - O Livro de Registro de Serviços Tomados será adotado por todos os tomadores de serviços.

**§ 3º** - O contribuinte deverá manter os arquivos disponíveis no estabelecimento pelo prazo regulamentar para exibição ao Fisco quando solicitados, inclusive imprimindo-os se necessário.

### ***Seção VI - Da Atividade de Construção Civil***

**Art. 9º** - Para a atividade de Construção Civil considera-se estabelecimento prestador o local da obra, no caso de construtor, empreiteiro ou subempreiteiro, sediado ou domiciliado em outro Município.

**§ 1º** - São responsáveis pelo cadastramento e escrituração dos dados referentes à obra de construção civil, bem como o recolhimento do tributo, sem benefício de ordem:

**I** - o proprietário do imóvel;

**II** - o dono da obra;

**III** - o incorporador;

**IV** - a construtora, quando contratada para execução de obra por empreitada total;

**V** - a construtora ou responsável pela obra contratada pela modalidade de "Administração";

**VI** - os subempreiteiros, pelas obras subcontratada.

**§ 2º** - O responsável de que trata o parágrafo anterior, deverá providenciar a matrícula junto à Prefeitura Municipal, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do início da obra.

**§ 3º** - Ocorrendo omissão por parte do responsável pela execução da obra de construção civil, a fiscalização fará a matrícula da obra "de ofício", com base nas informações dos documentos examinados, ficando o responsável sujeito às sanções aplicáveis na forma da lei e do regulamento.



# ***PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES***

## ***ESTADO DO PARANÁ***

### ***Seção VII - Das Penalidades***

**Art. 10** - O descumprimento às normas deste regulamento sujeita o infrator às penalidades previstas na legislação vigente, especialmente ao que:

**I** - deixar de remeter à Prefeitura Municipal a Guia de Informação do ISSQN no prazo determinado, independente do pagamento do imposto;

**II** - apresentar Guia de Informação do ISSQN com omissões ou dados inverídicos.

### ***Seção VIII - Das disposições Gerais***

**Art. 11** - A declaração através do sistema eletrônico simpliss será facultativa até 04 (quatro) de maio de 2014, tornando-se obrigatória a partir de 05 (cinco) de maio 2014.

## ***CAPÍTULO II - DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NFS-e***

**Art. 12** - Fica instituída a Nota Fiscal Eletrônica de Serviço – NFS-e no Município de Bandeirantes que deverá seguir as especificações e regulamentos instituídos por este Decreto.

### ***Seção I - Definição***

**Art. 13** - Considera-se Nota Fiscal Eletrônica de Serviço de Serviços - NFS-e o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura do Município de Bandeirantes, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços.

### ***Seção II - Das Informações Necessárias***

**Art. 14** - A NFS-e deve conter as seguintes indicações:

**I** – número sequencial;

**II** – código de verificação de autenticidade;

**III** – data e hora da emissão;

**IV** – identificação do prestador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) “e-mail”;

d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

e) inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes;

**V** – identificação do tomador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) telefone;

d) “e-mail”;

e) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

**VI** – discriminação do serviço;

**VII** – valor total do serviço prestado;

**VIII** – valor da dedução, se houver;



# ***PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES***

***ESTADO DO PARANÁ***

- IX** – valor da base de cálculo;
- X** – enquadramento do serviço na lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 2467/2003.
- XI** – enquadramento do serviço no CNAE;
- XII** – alíquota e valor do ISS;
- XIII** – indicação de isenção ou imunidade relativa ao ISS, quando for o caso;
- XIV** – indicação de serviço não tributável, quando for o caso;
- XV** – indicação de retenção de Imposto na fonte, quando for o caso;
- XVI** – indicação do regime tributário do prestador (MEI, Simples Nacional, fixo, outro);
- XVII** – número e data do Recibo Provisório de Serviços - RPS emitido, nos casos de sua substituição;

§ 1º - A NFS-e conterá, no cabeçalho, as expressões “Prefeitura do Município de Bandeirantes” e “Nota Fiscal Eletrônica de Serviço de Serviços - NFS-e”.

§ 2º - O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, e será específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

§ 3º - A identificação do tomador de serviços de que trata o inciso V do “caput” deste artigo é opcional para as pessoas físicas:

## ***Seção III - Da Opção, Da Obrigatoriedade e Da Adesão da NFS-e***

### ***Subseção I - Da Opção e Da Obrigatoriedade***

**Art. 15** - A NFS-e SIMPLISS será obrigatória para as empresas prestadoras de serviços que vierem a se instalar no Município após a publicação deste decreto e opcional para as empresas já instaladas no Município que possuírem talões de notas de serviços em papel já autorizadas, até a data limite de 04 de maio de 2014, quando a partir de 05 de maio de 2014 se tornará obrigatória para os prestadores de serviços que emitam de Nota Fiscal de Serviços.

**Parágrafo único** – Os prestadores de serviços instalados no Município que possuírem talões de notas fiscais em papel, após a publicação deste decreto, não poderão mais solicitar nova impressão de talão, aderindo ao Sistema de Nota Fiscal Eletrônica.

**Art. 16** - Os prestadores de serviços inscritos no Município, desobrigados da emissão de NFS-e, poderão optar por sua emissão.

§ 1º - A opção tratada no “caput” deste artigo depende de autorização da Secretaria Municipal da Fazenda, devendo ser solicitada nos termos do artigo 17.

§ 2º - A opção tratada no “caput” deste artigo, uma vez deferida, é irretratável.



# ***PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES***

## ***ESTADO DO PARANÁ***

### **Subseção II - Da Adesão**

**Art. 17** - A adesão será feita no endereço eletrônico: [http://187.45.245.217/bandeirantes\\_contrib/](http://187.45.245.217/bandeirantes_contrib/).

**Parágrafo único** - Os talonários de Notas Fiscais de Serviços anteriormente autorizadas serão devolvidos para o cancelamento, ressalvadas as notas fiscais conjugadas com a Secretaria da Fazenda do Estado, cujo campo relativo à prestação de serviço ficará automaticamente cancelado.

**Art. 18** - A Divisão Municipal de Receita comunicará aos interessados, por “e-mail”, a deliberação sobre o pedido de autorização e emitindo a senha web a ser utilizada na emissão da NFS-e.

**Art. 19** - Os prestadores de serviços que optarem ou forem obrigados à emissão da NFS-e iniciarão sua emissão em data estipulada no deferimento da autorização.

**Parágrafo único** - A utilização das Notas Fiscais de Serviços convencionais após a data da autorização do uso da NFS-e, equipara-se a não emissão a Nota Fiscal de Serviço e sujeitará o prestador às penalidades previstas na legislação, independentemente do pagamento do Imposto Sobre Serviço – ISS.

### ***Seção IV - Da Emissão da NFS-e***

**Art. 20** - A NFS-e deve ser emitida “on-line”, por meio da Internet, no endereço eletrônico [http://187.45.245.217/bandeirantes\\_contrib/](http://187.45.245.217/bandeirantes_contrib/), somente pelos prestadores de serviços estabelecidos no Município de Bandeirantes mediante a utilização da Senha Web.

**§ 1º** - O contribuinte que emitir NFS-e deverá fazê-lo para todos os serviços prestados.

**§ 2º** - A NFS-e emitida deverá ser impressa em via única, a ser entregue ao tomador de serviços, salvo se enviada por “e-mail” ao tomador de serviços por sua solicitação.

**§ 3º** - A emissão da NFS-e se dará por cada subitem de serviço constante na lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 2467/2003, podendo discriminar os vários serviços de um mesmo subitem da lista.

### ***Seção V - Do Cancelamento***

**Art. 21** - A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema da NFS-e, até o dia do vencimento do tributo.

**Parágrafo único** - Vencido o prazo de que trata o “caput” a NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo.





# ***PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES***

## ***ESTADO DO PARANÁ***

### ***Seção VI - Do Recibo de Prestação de Serviço - RPS***

**Art. 22** - No caso de eventual impedimento da emissão “on-line” da NFS-e, o prestador de serviços emitirá RPS off-line, disponível no sistema ou impresso em papel, que deverá ser substituído por NFS-e na forma deste regulamento.

**Art. 23** - Alternativamente ao disposto no artigo 20 deste regulamento, o prestador de serviços poderá emitir Recibo Provisório de Serviços(RPS) a cada prestação de serviços, podendo, nesse caso, efetuar a sua substituição por NFS-e, mediante a transmissão em lote dos RPS emitidos.

**Art. 24** - O RPS será emitido e numerado sequencialmente, de acordo com a Autorização para Impressão de Documentos Fiscais – AIDF, devendo conter todos os dados que permitam a sua substituição por NFS-e.

§ 1º - O RPS deve ser emitido em uma via e entregue ao tomador de serviços.

§ 2º - O RPS deve ser emitido com a data da efetiva prestação dos serviços.

§ 3º - O RPS será numerado obrigatoriamente em ordem crescente sequencial a partir do número 1 (um).

**Art. 25** - O RPS deverá ser substituído por NFS-e, antes da emissão de qualquer outra nota ou até o 5º (quinto) dia útil ao de sua emissão não ultrapassando o dia 5 (cinco) do mês subsequente.

§ 1º - Os prazos previstos neste artigo iniciam-se no dia seguinte ao da emissão do RPS, não podendo ser postergados caso vença em dia não útil.

§ 2º - A não substituição do RPS pela NFS-e, ou a substituição fora dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, sujeitará o prestador de serviços às mesmas penalidades previstas na legislação em vigor para a não emissão de nota fiscal.

### ***Seção VII - Do Documento de Arrecadação***

**Art. 26** - O Recolhimento do Imposto, referente às NFS-e, deverá ser feito na forma do parágrafo 1º do artigo 4º.

### ***Seção VIII - Das Disposições Gerais***

**Art. 27** - A NFS-e poderá ser emitida com data retroativa, desde que a ordem cronológica seja mantida.

**Art. 28** - As NFS-e emitidas poderão ser consultadas em sistema da Prefeitura do Município de Bandeirantes, enquanto não transcorrido o prazo decadal.



# ***PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES***

## ***ESTADO DO PARANÁ***

**Art. 29** - O Imposto não pago ou pago a menor, relativo às NFS-e emitidas e guias transmitidas, constitui confissão de dívida, sujeito à inscrição na Dívida Ativa do Município, independente de quaisquer outros procedimentos administrativos.

**Art. 30** - Os prestadores de serviço sujeitos à emissão da NFS-e são obrigados a afixarem nos seus estabelecimentos, em local público e visível, as seguintes informações:

**I** - ESTE ESTABELECIMENTO ESTÁ OBRIGADO A EMITIR NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA;

**II** - EXIJA A SUA;

**III** - GARANTIA DE BOA QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

**Parágrafo único** - O cartaz com os dizeres especificados nos incisos I, II e III, seguirão modelo do anexo II e serão fornecidos pelo sistema da NFS-e.

**Art. 31** - Os optantes pela NFS-e, ficarão dispensados da impressão do livro e registro de serviços prestados e entrega de declarações de serviços por meio de formulários impressos.

**Art. 32** - Não será permitido o uso de Nota Fiscal conjugada com o Estado aos usuários da NFS-e.

**Art. 33** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 34** - Revogam-se as disposições em contrário em especial os incisos III, IV, VI e VII do artigo 10; artigo 15; artigo 20; alínea “b” do inciso I, alínea “c” do inciso II, alínea “c” do inciso III do artigo 22; artigo 32; artigo 33; artigo 34 e artigo 35, todos do Decreto 2451/2005.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 29 de janeiro de 2014.

**Celso Benedito da Silva**  
Prefeito Municipal





# ***PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES***

***ESTADO DO PARANÁ***

## **ANEXO I**

Logotipo da empresa

### RECIBO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – RPS

Nº 00.000

#### **DADOS DO PRESTADOR**

NOME/RAZÃO SOCIAL:.....

CNPJ: .....INSC. MUNICIPAL:..... E- MAIL:.....

ENDEREÇO: ..... TELEFONE:.....

DATA DA EMISSÃO: ...../...../.....

#### **DADOS DO TOMADOR**

NOME/RAZÃO SOCIAL:.....

CNPJ/CPF: ..... E – MAIL:.....

ENDEREÇO:.....

MUNICÍPIO:.....UF:.....

LOCAL DA PRESTAÇÃO:.....

E-MAIL:.....TELEFONE:.....

SUB ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR
VALOR TOTAL DA PRESTAÇÃO		
DEDUÇÃO AUTORIZADA		
Nº DA AUTORIZAÇÃO PARA DEDUÇÃO:.....DATA:...../...../.....		
BASE DE CÁLCULO DO ISS	ALÍQUOTA	VALOR DO ISS
DATA OU PERÍODO DA PRESTAÇÃO		RETENÇÃO NA FONTE
		SIM    NÃO

Gráfica emissora (razão social, cnpj); nº AIDF; data da autorização; numeração autorizada.

Não é válido como documento fiscal.

Este R.P.S deverá ser convertido em NF-e ate o quinto dia útil subsequente a sua emissão, conforme Decreto Municipal nº ...



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**ESTABELECIMENTO**  
**ESTÁ OBRIGADO A EMITIR**  
**NOTA FISCAL DE SERVIÇO**  
**ELETRÔNICA**  
**EXIJA A SUA**

**GARANTIA DE BOA QUALIDADE NA**  
**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.**

Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Caixa. Postal nº. 281 – CEP 86.360-000 – Tel: (43) 3542-4525 – Fax 3542-3322 –  
e-mail: [divisaogeral@bandeirantes.pr.gov.br](mailto:divisaogeral@bandeirantes.pr.gov.br) – CNPJ 76.235.753/0001-48